

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

16 de dezembro de 2016 | Número 032

BOLETIM INFORMATIVO



Artigo

Ou a democracia ou a guerra

Na falsa democracia mundial, o cidadão está à deriva, sem a oportunidade de intervir politicamente e mudar o mundo. Actualmente, somos seres impotentes diante de instituições democráticas das quais não conseguimos nem chegar perto. (José Saramago)

O meu ideal político é a democracia, para que todo o homem seja respeitado como indivíduo e nenhum venerado. (Albert Einstein)

“Ou a democracia ou a guerra” sentenciou a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) ministra Cármen Lúcia em evento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) realizado no último dia 5. A presidente do Supremo afirmou que o país “vive um momento particularmente grave” e que “há uma enorme intolerância com o poder público, o que nos leva a pensar em soluções para que a sociedade não desacredite no Estado. O Estado tem sido nossa única opção. Ou a democracia ou a guerra. E o papel da Justiça é pacificar”; ela também disse que o Poder Judiciário tem sido alvo de uma campanha de desconstrução, pediu união a juízes e disse que o Brasil vive uma “encruzilhada”.

A neófita democracia brasileira sofreu um duro golpe com a retirada do Poder da presidente da República Dilma Rousseff eleita com cerca de 54 milhões de votos e sem que tenha ela praticado qualquer crime de responsabilidade. Neste particular, o STF deveria e poderia ter impedido o golpe parlamentar proclamando em alto e bom som e com todas as letras que não havendo crime de responsabilidade a presidente não poderia ter sido acusada e julgada por conduta atípica. Contudo, preferiu o STF “lavar as mãos” e apenas se limitar, em relação ao processo de impedimento da presidente Dilma, a verificação das questões processuais e rituais. Como já dito alhures, ainda que caiba ao Senado Federal processar e julgar o Chefe do Poder Executivo, por crime de responsabilidade, ao STF caberia zelar pelo respeito à Constituição da República e aos princípios de direito. Repita-se, não havendo crime não havia como a presidente da República ter sido processada e julgada. O STF deveria, como já foi sustentado, trancar a ação penal por falta de justa causa.

Para o professor e filósofo Thomas Bustamante, “O impeachment da Presidenta Dilma Rousseff foi, sim, um golpe de estado. Há vários elementos que corroboram essa afirmação, merecendo recordar os seguintes: 1) violação à retroatividade da lei; 2) ausência de tipicidade estrita; 3) ausência de comprovação de autoria; 4) ausência de dolo específico; 5) extensão de tipo penal por analogia; 6) (na Câmara), violação ao art. 23 da lei 1059, com “fechamento de questão” pelos partidos políticos; 7) desvio de finalidade (impeachment instaurado para “estancar a sangria da lava-jato” (Jucá); 8) desvio de finalidade (na Câmara) do ato de recebimento da denúncia pelo Sr. Eduardo Cunha; 9) total ausência de autenticidade e responsabilidade do Parecer do Relator (Senador Anastasia), que em si mesmo constitui um ato de hipocrisia”

Com o afastamento em definitivo da presidente Dilma Rousseff, sem qualquer legitimidade e na base de acordos espúrios – costurados no Congresso Nacional e no Palácio do Jaburu – assumiu o governo o vice-presidente da República que vem assolando o País, aniquilando com os direitos e garantias fundamentais, individuais e sociais, para atender aos interesses dos plutocratas e dos endinheirados.

Ao lado do golpe contra a democracia brasileira que teve seu ápice com a decisão do Senado Federal que decidiu pelo afastamento definitivo da presidente Dilma, o país vem sendo tomado pelo avanço do estado penal e pela criminalização da política, notadamente, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lamentável situação jamais poderia estar passando à margem do STF que, aqui também, se omite quando fecha os olhos para todas as violações, abusos e arbitrariedades perpetradas pelo juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba. Dentre as maiores arbitrariedades cometidas pelo condutor da famigerada operação “Lava Jato” está o fato de ter sido vazado pelo magistrado da “República de Curitiba”, sob a alegação inconsistente e vazia do “interesse público”, conversa mantida pelo ex-presidente Lula e a então presidente da República Dilma Rousseff.

Como é sabido, o Chefe do Poder Executivo, segundo a Constituição da República, somente pode ser investigado e processado por crime comum perante o Supremo Tribunal Federal. Em 13 de junho de 2016 o ministro Teori Zavascki, relator da operação “Lava Jato” no STF anulou a prova colhida ilicitamente, assim se manifestando:

Leonardo Isaac Yarochewsky*

Como é sabido, o Chefe do Poder Executivo, segundo a Constituição da República, somente pode ser investigado e processado por crime comum perante o Supremo Tribunal Federal. Em 13 de junho de 2016 o ministro Teori Zavascki, relator da operação “Lava Jato” no STF anulou a prova colhida ilicitamente, assim se manifestando:

Como visto, a decisão proferida pelo magistrado reclamado [Moro] está juridicamente comprometida, não só em razão da usurpação de competência, mas também, de maneira ainda mais clara, pelo levantamento de sigilo das conversações telefônicas interceptadas, mantidas inclusive com a ora reclamante e com outras autoridades com prerrogativa de foro.

Foi também precoce e, pelo menos parcialmente, equivocada a decisão que adiantou juízo de validade das interceptações, colhidas, em parte importante, sem abrigo judicial, quando já havia determinação de interrupção das escutas. Em relação à atitude, no mínimo suspeita do juiz Federal Sérgio Moro, que causou grande perturbação a democracia quando da divulgação do áudio da conversa do ex-presidente Lula com a então presidente Dilma, o ministro Teori Zavascki e o STF se contentaram com um protocolar pedido de desculpa oferecido por Moro.

Ainda sobre a gravação ilegal do diálogo mantido entre a então presidente da República Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o eminentíssimo processualista Afrânio Silva Jardim assim se manifestou:

A gravação do diálogo entre a Presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, relativa à remessa do termo de posse, é objetivamente ilegal (Lei n.9.296/96) e inconstitucional (art.5, inc. XII). Quando efetivada, o juiz Sérgio Moro já tinha determinado a cessação de todas as gravações. Não importa se a operadora estava ou não de boa-fé. Não se trata de gravação sem autorização judicial, mas sim de gravação contra ordem judicial. Desta forma, não poderia ser citada por qualquer juiz ou ministro. Evidentemente que o Juiz Sérgio Moro sabia desta ilegalidade, pois a ordem foi dele e não poderia dar publicidade a este diálogo. A própria imprensa não deve ficar divulgando atos ilegais, quem sabe, criminosos. Impressionante a gritante parcialidade da nossa grande imprensa. Até mesmo o Ministro Marco Aurélio do S.T.F., em entrevista concedida neste domingo, assevera que o juiz Sérgio Moro cometeu crime ao autorizar e divulgar determinadas gravações telefônicas, conforme divulgado em vários órgãos de imprensa.

Não menos arbitrário foi a condução coercitiva do ex-presidente Lula no dia 4 de março de 2016, também, determinada pelo juiz Federal Sérgio Moro. Naquele ocasião, inúmeros juristas questionaram e criticaram a medida coercitiva. Por todos, Lenio Luiz Streck, para quem O ex-presidente Lula e todas as pessoas que até hoje foram “conduzidas coercitivamente” (dentro ou fora da “lava jato”) o foram à revelia do ordenamento jurídico. Que coisa impressionante é essa que está ocorrendo no país. Desde o Supremo Tribunal Federal até o juiz do juizado especial de pequenas causas se descumpre a lei e a Constituição.”

Mais adiante, Lenio assevera que:

A polícia diz que foi para resguardar a segurança do ex-presidente. Ah, bom. Estado de exceção é sempre feito para resguardar a segurança. O establishment juspunitive (MP, PJ e PF) suspendeu mais uma vez a lei. Pois é. Soberano é quem decide sobre estado de exceção. E o estado de exceção pode ser definido, segundo Agamben, pela máxima latina *necessitas legem non habet* (necessidade não tem lei).

Todas essas ações praticadas com a benção do STF ou por ele próprio revelam que a democracia brasileira esvaiu-se no ralo da desordem jurídica, da tirania política e do autoritarismo. O Congresso Nacional usurpou do povo brasileiro cerca de 54 milhões de votos, sacou do poder a presidente da República, escolhida em eleição livre e direta, sem que tivesse razão jurídica e legal para tanto. O Supremo Tribunal Federal, que nada fez para evitar o golpe parlamentar contra a democracia brasileira, nada faz para conter o autoritarismo, bem como o avanço do estado penal fruto de um estado de exceção. A chamada “República de Curitiba” faz parecer que lá o STF não entra e o Estado democrático de direito há tempo foi expulso.

Assim, como decorrência do que afirmou a presidente do STF, não havendo democracia só resta a segunda alternativa.

*Advogado Criminalista e Doutor em Ciências Penais pela UFMG

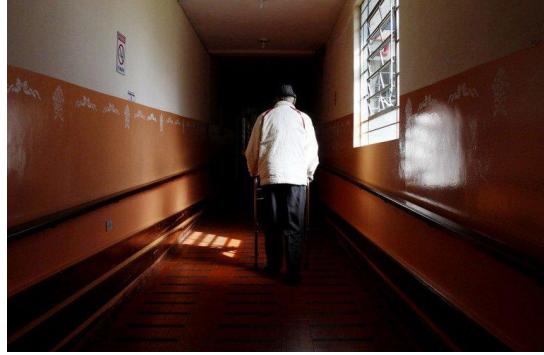
<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/12/13/ou-democracia-ou-guerra/>

Artigo

A austeridade seletiva da PEC 55 e da Reforma da Previdência

As propostas do governo para aposentadoria e os gastos fustigam os pobres, mas deixam os rentistas a salvo

Carlos Drummond



Mais trabalho, renda menor. Assim será o futuro

A política de austeridade defendida pelo governo como única alternativa para recuperar a economia, concentrada nas Propostas de Emenda Constitucional 55, do Teto de Gastos, e 287, da Reforma da Previdência, sacrifica os pobres e protege os rentistas, apontam economistas. A escolha ignora opções menos danosas à sociedade adotadas no Brasil e no resto do mundo.

A PEC 287, encaminhada ao Congresso na terça-feira 6, completa a exclusão das parcelas mais vulneráveis da população da PEC 55. A proposta eleva a idade mínima de aposentadoria dos trabalhadores para 65 anos, o tempo mínimo de contribuição a 25 anos e condiciona o benefício máximo integral a 49 anos de recolhimento, entre outros dispositivos.

“Foi feita para pouquíssimos acessarem o benefício. A maioria contribuirá e não usufruirá. Estender de dez para 25 anos o tempo de contribuição exigido para se aposentar e condicionar a aposentadoria integral a 49 anos de contribuições é abusivo”, define a economista Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No futuro, diz, os brasileiros viverão menos, pois suas vidas serão mais precárias. Na melhor situação, não mais ganharão a média só dos salários mais altos, mas da totalidade dos proventos e isso reduzirá a 76% a aposentadoria integral atual. Terão pior saúde e maior deterioração nas suas capacidades de trabalho, por permanecerem em atividade durante um período mais longo.

Contribuirão por mais tempo e usufruirão por um intervalo mais curto. “A aposta do governo Michel Temer é de que poucos se aposentarão e, desses, pouquíssimos viverão por algum tempo usufruindo o benefício.”

Além de encaminhar a PEC 287, o Executivo, diante de pressões pela queda mais rápida dos juros e boatos de substituição da cúpula da área econômica, acenou com medidas vistas até por economistas conservadores como meros paliativos para a crise.

As medidas são a retirada de obstáculos aos investimentos, a utilização de bancos públicos na renegociação de dívidas e o direcionamento do crédito para a habitação. Baixar os juros seria mais eficaz para estimular a produção, a criação de empregos e o aumento das contribuições à Previdência, mas reduz os lucros dos rentistas credores da dívida pública. “A austeridade no País é seletiva, vale só para os trabalhadores, funcionários e aposentados, obrigados a pagar a conta. Poupa os rentistas, pois está fora de questão baixar significativamente os juros que remuneram os credores da dívida pública e demais aplicações financeiras. Preserva também os empresários, dispensados de devolver as isenções tributárias”, acusa o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

“Os rentistas receiam que o aumento dos gastos sociais e do déficit torne o Estado inadimplente no longo prazo e querem ter certeza de que receberão seus rendimentos. Os cortes mostram que, daqui a 10 ou 20 anos, o governo conseguirá honrar o que hoje pede emprestado ao mercado financeiro.”

A administração Temer insiste na austeridade, apesar do seu completo fracasso no mundo desde 2008, exceto para o setor financeiro, segundo dados da Organização das Nações Unidas. O ajuste fiscal e a criação de dinheiro novo pelos bancos centrais não estimularam o investimento.

O crescimento médio dos países desenvolvidos caiu 54%. As instituições financeiras puderam manter seus recursos no Fed livres de risco e

subsidiados pela remuneração da taxa de juros. “A austeridade e o *quantitative easing* pioraram as coisas. Em 17 das maiores economias, o investimento permaneceu abaixo das taxas alcançadas no período anterior a 2008”, contabilizam os economistas Joseph Stiglitz e Harnid Rashid. “O risco de outra crise não pode ser ignorado.”

Bastaria a equipe econômica do governo examinar os dados da Grã-Bretanha, a mais ferrenha adepta da austeridade, para constatar o efeito ruinoso dessa política. A economia do país cresceu 0,5% no trimestre encerrado em setembro, abaixo do 0,7% dos três meses precedentes.

O Escritório de Responsabilidade Orçamentária concluiu no ano passado que a política de cortes reduziu o crescimento do PIB em 2% de 2010 a 2012, elevando o seu custo acumulado a 5% do PIB. O economista Simon Wren-Lewis, da Universidade de Oxford, estima um custo maior, de ao menos 15% do PIB.

“Essa política não é a solução para os enormes problemas deixados pelo experimento neoliberal. Há amplo reconhecimento de que falhou, mas os números não contam a pior parte da história: o medo, a incerteza, o desemprego, os padrões de vida mais pobres e o desmantelamento do nosso Estado de Bem-Estar Social”, atesta Steve Hart, dirigente da central trabalhista britânica Unite Politics.

Em 2012, afirma, o banco de cestas básicas Trussell Trust alimentou 347 mil cidadãos, incluídas 127 mil crianças. Segundo a Oxfam, 500 mil dependem de doações regulares de alimentos. “Não é algo que se espera no cotidiano do quinto país mais rico do mundo.” Entre 2015 e 2016, o Trussell Trust forneceu 1,11 milhão de suprimentos alimentares “para pessoas em crise”, divulgou a própria instituição.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, 13 dos 15 restaurantes populares estaduais foram fechados em consequência da crise financeira e da austeridade nos gastos. No auge, ofereceram 1,13 milhão de refeições por mês.

O governo Temer não leva em conta também as alternativas adotadas com sucesso no próprio País para combater o aumento do endividamento público. O ex-presidente Getúlio Vargas enfrentou o crescimento do déficit e a crise seriíssima do balanço de pagamentos herdados do antecessor, Eurico Gaspar Dutra, com medidas que resolveram o problema sem comprometer o crescimento de longo prazo, sublinha Fonseca.

Encaminhou uma proposta de aumento de impostos e corte de despesas para preparar o crescimento e montou uma assessoria de economistas desenvolvimentistas dedicada ao pensamento estratégico do País. “Em dois anos, o problema estava resolvido.”

A situação provocada por gastos elevados e arrecadação em queda durante a administração Juscelino Kubitschek foi combatida anos depois pelo governo militar de Humberto de Alencar Castello Branco com o Programa de Ação Econômica, adotado entre 1964 e 1967.

Contemplava uma proposta de contenção do déficit público, mas não inviabilizou a economia. Ao contrário, a implantação de reformas tributária e financeira foi seguida por um período de crescimento, o chamado “milagre econômico”.

O problema do governo Temer, segundo o professor da UFRGS, é uma austeridade que se esgota em si mesma. “A retórica de que fará a economia crescer é um absurdo, inclusive porque todo o resto da política econômica conspira contra. Não existe crescimento por geração espontânea.”

Não é preciso inventar. O enfrentamento exitoso de crises fiscais e econômicas conta com amplo e confiável registro, à disposição de quem quiser. “Oitenta anos de estudos podem não ter produzido um acordo universal sobre os efeitos das políticas do New Deal, mas geraram amplo consenso sobre o que funcionou e quais medidas foram mais importantes”, concluiu o economista Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia sobre as respostas do governo dos Estados Unidos às crises dos anos 1930 e 2008.

O expansionismo fiscal, os instrumentos que colocaram dinheiro no bolso dos consumidores, como o Bônus de Veteranos de 1936, e as taxas de empréstimos muito baixas para financiar projetos de infraestrutura tiveram bons resultados.

Nos últimos anos, o estímulo de Barack Obama teve efeito, mas daria resultados melhores se os formuladores de políticas tivessem sido mais ousados, conclui o professor.

http://www.cartacapital.com.br/revista/931/a-austeridade-seletiva-da-pec-55-e-da-reforma-da-previdencia?utm_content=buffer1b7d0&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer

Artigo

13x13. A tragédia e a farsa

Escolheram o dia 13/12, mesmo dia da promulgação do AI-5, para perpetrar o ato de violência contra a sociedade representado pela aprovação da PEC 55.

Sebastião Velasco



Que foi isso? Desatenção? Deboche? Ou ato falho de uma consciência não de todo pervertida?

A pergunta é inescapável. Como entender a escolha do dia 13 de dezembro para perpetrar, no Senado, o ato de violência contra a sociedade brasileira representado pela aprovação definitiva da PEC 55 -- "PEC do fim do mundo", que congela por 20 anos o dispêndio governamental, compromete a educação e a saúde do povo, e levará em pouco tempo à completa desorganização da administração pública? Acaso ignoram os distintos Senadores que 13 de dezembro marca uma das páginas mais tenebrosas de nossa história?

Não custa refrescar-lhes a memória. 13 de dezembro, 1968, é a data de promulgação do Ato Institucional número 5, o famoso AI-5.

Então, o Brasil vivia já há mais de quatro anos sob o mando dos generais. Mas este era exercido de forma contida, acanhada.

A Constituição de 1946 fora rasgada em abril de 1964, com a deposição de João Goulart, e a edição, oito dias depois, do Ato Institucional – documento pelo qual os chefes da "revolução" dotavam-se, por prazo determinado, de poder para cassar mandatos eletivos e suprimir por 10 anos os direitos políticos de cidadãos brasileiros. Rasgada, mas não abolida: o Ato Institucional preservava o Congresso (devidamente depurado) e mantinha em vigor a Constituição de 1946, ao menos aquilo que dela restara.

Não por muito tempo. No ano seguinte, os resultados indesejados de eleições nos estados mais importantes da federação levaram a uma nova arremetida autocrática. Tivemos então o AI-2, que extinguiu os partidos políticos existentes, abriu nova temporada de expurgos e extinguiu as eleições diretas para governos estaduais e para a Presidência da República.

Mas, ainda aqui, a preocupação com as aparências e o senso de medida. Em fevereiro de 1967, Costa e Silva, o segundo general-presidente, recebia o mandato para governar o Brasil sob nova Constituição -- marcadamente autoritária, por certo, mas com resquícios liberais, como o habeas corpus e as imunidades parlamentares, por exemplo.

O AI-5 pôs um fim a essa situação híbrida. No dia 13 de dezembro de 1968 o governo militar decretava o fechamento do Congresso, impunha a censura prévia à imprensa e suspendia todas as garantias constitucionais por prazo indefinido. O AI-5 instaura no país a ditadura assumida. Com ele generaliza-se a prática da tortura, a repressão política não mais encontra limites.

Mas esse ato liberticida é indissociável do gesto que lhe serviu de pretexto, e que ficará registrado para sempre como um momento de grandeza ímpar nos anais da história política nacional.

Refiro-me, naturalmente, à decisão dramática tomada pelo plenário da Câmara federal no dia anterior, de rejeitar o pedido de autorização para a abertura de processo criminal contra o jovem deputado Marcio Moreira Alves, por discurso tido por ofensivo às Forças Amadas.

A divisão no partido governista, amplamente majoritário, tornou possível essa atitude. Mas são as palavras do líder da oposição, o também jovem Mário Covas, que melhor a expressam. Elas compõem um discurso longo e eloquente. Mas o essencial está dito nesta passagem.

"Tem o Poder Legislativo o direito de transferir a outro Poder um problema que, surgindo no seu âmbito, da sua competência, o colocará em confronto com outros poderes e instituições? É possível que o faça. Mas,

neste instante, já não será um Poder. Seus componentes já não existem mais. Exercerão a função pública, mas terão sido transformados em funcionários públicos."

Todos sabiam o que estava em jogo naquele momento. De um lado, a força das armas, com apoio unânime do poder econômico. De outro, uma Casa cuja autoridade tinha como único fundamento o mandato popular. O confronto era incontornável e o desfecho previsível. Mesmo assim, a Câmara negou o pedido que se lhe tentava extorquir. Aí a dimensão trágica do episódio.

O 13 de dezembro de hoje não será lembrado por nada comparável. Entre um 13 e outro, há um elemento em comum – a exigência de que o Congresso, agora representado pelo Senado, aprove uma medida que o avulta -- e diferenças notáveis.

Os militares acompanham com natural preocupação o desenrolar da crise nacional, mas se mantêm silentes. O ultimato dado ao poder legislativo no presente não vem deles, mas de uma força anônima e abstrata, o assim chamado mercado.

E o que se requer dos Senadores não é a cabeça de nenhum deles, mas a aprovação de uma medida que -- para além da irracionalidade econômica e da natureza antissocial -- representa a abdicação de uma de suas prerrogativas primordiais, a saber o poder de decidir sobre o montante, a composição e o financiamento do gasto público.

Não, não há abdicação nenhuma, alguém poderia atalhar. Trata-se apenas de uma decisão extrema, mas sábia, de um ente coletivo ciente de suas fraquezas e de suas necessidades. Um caso entre tantos outros de resposta ao dilema de Ulisses e as sereias, inesquecivelmente representado no filme clássico "O Homem do Braço de Ouro", no qual Frank Sinatra encarna o baterista talentoso, obrigado a se trancar em um quarto para livrar-se do vício da heroína que o consumia.

Mas o argumento é inepto. O que a PEC 55 faz não é amarrar o herói no mastro, como fez Ulisses, mas fixar uma argola programada para estreitá-lo continuamente -- um "garrote vil", instrumento de tortura criado pela fértil imaginação espanhola -- no pescoço dos setores mais vulneráveis de nossa sociedade.

"Obedesco, pero no cumulo". Naturalmente, poder-se-ia arguir que o cinismo contido na fórmula que descreve o comportamento padrão dos colonos espanhóis nas Américas aplica-se à atitude do legislador na miséria moral e política que dá o tom no Brasil oficial pós golpe. A mudança constitucional não seria para valer. Ela satisfaz no presente a ansiedade do mercado, mas será modificada brevemente, assim que os problemas começarem a espocar e as condições o permitirem. Já existem até estudos originados em órgãos de assessoria técnica do Congresso, antecipando a aprovação, em quatro ou cinco anos, de emenda constitucional para corrigir a que ora se discute.

Melhor assim, mas a carga sobre a população brasileira não será muito reduzida. Pois enquanto durar em sua forma primitiva o novo regime fiscal continuará balizando o debate sobre tendências futuras, e justificando nessa condição a adoção de uma série de políticas socialmente regressivas.

Seja como for, o Senado se dispõe a adotar em 13 de dezembro de 2016 uma medida que o ameaça ao lhe amputar severamente, por longo período de tempo, o poder de decisão. Com a PEC-55, ele se vê naquela situação evocada por Mário Covas, quase cinquenta anos atrás: um Poder que já não o é mais, seus componentes transformados em meros funcionários, ainda que muitos deles corruptos.

Não, a afirmativa não é exata. O Senado já assumira essa condição em novembro do ano anterior, quando assentiu, sob forte pressão da mídia, à prisão de um de seus integrantes decretada sem amparo na Constituição pelo STF.

Sabemos, essa é outra história. Mas desde então o que temos assistido na ciranda das instituições políticas brasileiras é a uma farsa, grande e única.

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2F13x13-A-tragedia-e-a-farsa%2F4%2F37440>



Em sessão tensa, Câmara aprova 'admissibilidade' da Reforma da Previdência

Após quase 12 horas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quinta-feira (15) a constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência; governo teve dificuldades e, durante a reunião, diversos partidos da base aliada se manifestaram contrários a pontos da proposta; próxima etapa será a criação de uma comissão especial para debater o mérito da proposta

Luciano Nascimento - Repórter da Agência Brasil

Após quase 12 horas, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quinta-feira (15), por 31 votos a favor e 20 contra, o parecer do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) pela constitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que trata da reforma da Previdência. O governo teve dificuldades em aprovar a admissibilidade no colegiado. Durante a reunião, diversos partidos da base aliada se manifestaram contrários a pontos da proposta.

Com a aprovação do parecer, a próxima etapa será a criação de uma comissão especial para debater o mérito da proposta, que estabelece que o trabalhador precisa atingir a idade mínima de 65 anos e pelo menos 25 anos de contribuição para poder se aposentar. Neste caso, ele receberá 76% do valor da aposentadoria - que corresponderá a 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual desta média para cada ano de contribuição.

Todos os trabalhadores ativos entrarão no novo sistema. Aqueles que têm menos de 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres) deverão obedecer às novas regras integralmente. Quem tem 50 anos ou mais será enquadrado com uma regra diferente, com tempo adicional para requerer o benefício. Aposentados e aqueles que completarem os requisitos para pedir o benefício até a aprovação da reforma não serão afetados porque já têm o direito adquirido.

A medida é uma das principais propostas do Palácio do Planalto para tentar reequilibrar as contas públicas. A estimativa é que as mudanças garantam uma economia de cerca de R\$ 740 bilhões em dez anos, entre 2018 e 2027.

Críticas

A votação da admissibilidade durante a madrugada recebeu fortes críticas de deputados da oposição. "A madrugada é péssima conselheira e inimiga da transparência do Parlamento", disse o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). A votação também recebeu críticas de partidos da base aliada do governo. "Eu estou votando sim porque estamos votando a admissibilidade, mas na comissão especial eu trabalharei para modificar a proposta", disse o líder do PSD, Ronaldo Fonseca (DF).

Para o líder do PSD, Rogerio Rosso (DF) foi um absurdo o que ocorreu na noite dessa quarta-feira (14). "Essa comissão estava trabalhando há cinco horas, foi pedido que não se suspendesse os trabalhos, isso foi uma falha incrível", disse. Rosso disse que o partido, integrante da base aliada, votaria a favor da admissibilidade, mas que vai defender mudanças no texto. "O que vai valer é a proposta que nós vamos construir, com emendas e negociações. O que estamos decidindo na CCJ é se queremos ou não discutir a reforma da Previdência".

Idade mínima

Os deputados também criticaram a definição de uma idade mínima para a aposentadoria. "No Maranhão, a expectativa de vida é bem próxima dos 65 anos. Além disso, 80% dos aposentados ganham até um salário mínimo e são trabalhadores pobres, não é justo que se peça a eles que estendam suas contribuições", disse o deputado Ivan Valente (PSOL-SP).

O deputado Rubens Pereira Junior (PCdoB-MA) diz que as pessoas não vão nem poder se aposentar. "A proposta aumenta ainda a idade para as pessoas requererem benefício de prestação continuada da seguridade social de 65 para 70 anos, o que inviabiliza o acesso a esse benefício", disse.

Os deputados também criticaram o argumento do governo de que a Previdência é deficitária. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) argumentou que a Previdência não é deficitária e que o governo deveria rever, por exemplo, as isenções tributárias concedidas às empresas. "A proposta retira direitos dos trabalhadores. É um absurdo o que este governo está propondo. É preciso que se resolva isso de outra forma, especialmente cobrando os recursos que foram desviados da conta da Previdência", disse.

Faria de Sá também criticou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) que, segundo ele, retira cerca de R\$ 120 bilhões por ano do Orçamento da Seguridade Social, comprometendo recursos da saúde e da Previdência Social. "A DRU vai tirar R\$ 1 trilhão da seguridade social até 2023. Depois o governo vem dizer que existe déficit. Isso é mentira", disse.



Reunião e acordo

A sessão foi marcada por forte embate entre deputados da oposição e da base aliada a respeito do tema. A reunião começou pouco depois das 15h da quarta-feira e foi suspensa pouco depois das 20h, em função do início das votações em plenário. Um pouco antes, governo e oposição chegaram a um acordo que possibilitou a leitura do parecer de Moreira pela admissibilidade da PEC. Pelo acordo, os partidos contrários à admissibilidade da proposta interromperam a obstrução dos trabalhos.

Em troca, o governo se comprometeu, caso o parecer de Moreira fosse aprovado, a criar e instalar a comissão especial da PEC somente em 2017, após o recesso parlamentar. A comissão terá o prazo de 40 sessões para apresentar o resultado final dos seus trabalhos.

O acordo foi construído em meio as discussões nos bastidores em torno da sucessão do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Casa. A proposta evidencia as disputas internas da base aliada em torno da sucessão de Maia e atendeu, em parte, ao chamado Centrão, bloco informal que reúne cerca de 200 deputados de vários partidos que dão sustentação ao governo federal.

O intuito é que a instalação da comissão ocorra após a escolha do novo presidente da Câmara e dos novos líderes partidários, marcada para 1º de fevereiro, evitando que Maia use a instalação da comissão para se fortalecer para disputar a reeleição. Apesar de negar ser candidato, o deputado tem o apoio do Palácio do Planalto.

Obstrução

Durante a votação do requerimento, a oposição acusou o governo de descumprir o acordo. O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) disse que líderes do governo estavam substituindo membros da comissão para conseguir assegurar o quórum. Em razão disso, o PT, o PSOL e a Rede chegaram a retomar a obstrução, mas depois saíram com o argumento de que iriam honrar o acordo.

Após a votação, o líder do governo André Moura (PSC-SE) disse que o governo vai cumprir com a sua parte e só vai instalar a comissão especial em fevereiro.

A reunião também foi marcada pela rejeição do requerimento que previa a inclusão na pauta da reunião da votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 227/2016 determinando que, caso o presidente e o vice saiam dos cargos entre o terceiro ano e os seis meses anteriores ao término do mandato o novo chefe do Executivo fosse escolhido por eleição direta.

<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/270641/Em-sess%C3%A3o-tensa-C%C3%A2mara-aprova-'admissibilidade'-da-reforma-da-Previd%C3%A3Ancia.htm>



Notícias

Golpistas tentam de novo calar trabalhadores e jovens com repressão



Após a aprovação atropelada, em segundo turno, da nefasta PEC da Morte por 53 votos a favor e 16 contra dos senadores, manifestantes que protestavam na Esplanada dos Ministérios foram alvo da arbitrariedade e de muita violência policial.

Vindos de diversos estados, as centenas de manifestantes queriam apenas exercer o direito de protestar contra o congelamento de investimentos públicos em educação, saúde e programas sociais por 20 anos. Revistados e intimidados durante todo o dia pela polícia, que montou barreiras a partir da Rodoviária, os manifestantes foram acuados durante a tarde em torno da Catedral.

Por volta das 17h, próximo do horário previsto para o ato público, centenas de pessoas, entre trabalhadores e trabalhadoras e jovens, tentaram marchar até o Congresso Nacional. Impedidas de passar pela barreira policial, foram arbitrariamente agredidas com violência física, com bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral, spray de pimenta, tiros de borracha, cassetadas de cavalaria e policiais do choque. Os manifestantes foram dispersados e empurrados em direção ao Museu e à Rodoviária. Mas a violência não parou por aí. Os policiais não se contentaram enquanto não dispersaram totalmente os manifestantes, perseguinto pequenos grupos de jovens e trabalhadores até a Torre de TV e o início das Asas Norte e Sul (SCS e SBN).

A polícia não poupava ninguém. Até mesmo quem saía do trabalho e se dirigia à Rodoviária foi atacado por bombas lançadas de helicópteros e intimidado pelos PMs na parte superior do viaduto sobre o Eixo Monumental.

“É um absurdo. A cavalaria veio para cima com tudo, mesmo sabendo que havia famílias com crianças e muitas pessoas que nem faziam parte do movimento. Foi um verdadeiro campo de guerra, com arsenal, bombas, prisões e violência gratuita. Vim de longe para protestar pacificamente e acabei sendo tratado dessa forma”, explica o professor de Minas Gerais, Antônio Silva.

“Agora sim veremos o fim das políticas públicas. O reflexo do golpe é esse mesmo, violência gratuita e sem limites, para garantir com base na repressão e na criminalização dos movimentos a retirada de direitos e conquistas sociais. Viemos aqui mostrar ao governo golpista nossa revolta, mas sequer tivemos chance. Já vieram com tudo para cima da manifestação. Um país que quer se dizer democrático não pode tratar manifestantes com tamanha brutalidade. É lamentável”, explica a estudante Laís de Carvalho.

Unidade e greve geral

Para a vice-presidente da CUT Brasília, Meg Guimarães, o governo golpista mostrou como lida com anseios dos trabalhadores: a base de bala de borracha, gás, bombas, violência. “Mais uma vez fomos covardemente atacados simplesmente por defender nossos direitos. Vivemos um estado de exceção e a tentativa de criminalizar os movimentos. Este é um ataque proposital à classe trabalhadora que não vai parar por aqui. Ainda têm as reformas trabalhista e da Previdência e diversos outros projetos que representam retrocessos para toda população. Todos estão prestes a serem aprovados. Mais que nunca, precisamos nos unir, sairmos às ruas e organizar a greve geral contra este governo golpista e usurpador”, afirma.

A famigerada PEC 55 (antiga 241), chamada de PEC da Morte, que deverá ser promulgada até esta quinta, resultará no desmonte do Estado. Direitos básicos e essenciais como saúde e educação que já estão em estado de calamidade vão piorar ainda mais, pois a proposta irá congelar investimentos em saúde, educação e outros serviços sociais por 20 anos, prejudicando a atual e as próximas gerações. Os recursos tirados das áreas sociais vão favorecer banqueiros e empresários.

“Não é de se espantar que o Senado, formado por uma grande maioria de golpistas, entreguistas, representantes do empresariado e do latifúndio, tenha aprovado, às pressas e com portões fechados, a PEC da Morte. Da mesma forma que atropelaram a democracia, o voto popular dos brasileiros, promovendo o afastamento da presidente Dilma, os golpistas seguem sua sanha de tirar todos os direitos e conquistas dos trabalhadores. E a qualquer custo, com violência e repressão. A elite só se contenta com a miséria do povo. Nós vamos seguir nas portas do Congresso e do Palácio do Planalto manifestando nosso repúdio a esse e todos os demais golpes contra o país e a democracia e seguiremos, incansável e permanentemente, lutando por direitos, igualdade e justiça social”, afirma Rodrigo Britto, presidente da CUT.

<http://www.cutbrasilia.org.br/site/golpistas-tentam-de-novo-calar-trabalhadores-e-jovens-com-repressao/>



“Quero ser lembrado como o amigo do povo”

Entre tantas lutas, Dom Paulo atuou fortemente contra a tortura nas dependências e cárceres do Estado. Teve papel fundamental durante a ditadura civil-militar brasileira. E foi um dos responsáveis pelo restabelecimento da democracia

Maria Carolina Trevisan

O líder estudantil Alexandre Vannucchi foi morto por agentes do DOI-Codi de São Paulo em 17 de março de 1973. Cursava o quarto ano de Geologia na Universidade de São Paulo e militava na Ação Libertadora Nacional (ALN). Seu corpo foi jogado na rua João Boemer, no Brás, em São Paulo, em uma tentativa de forjar o assassinato e dizer que o estudante se jogara propositalmente na frente de um caminhão.

Foi dom Paulo Evaristo Arns que contestou publicamente a versão do governo. Em 30 de março daquele ano, o cardeal celebrou uma missa histórica na Catedral da Sé para mais de 3 mil pessoas. Foi a primeira vez que a igreja católica não reconheceu uma versão de suicídio na ditadura. Depois disso, o nível de tortura diminuiu nos presídios paulistas. “Se eu estou vivo hoje, é graças à atitude corajosa de dom Paulo Evaristo”, lembra Adriano Diogo, militante dos direitos humanos e ex-deputado estadual. “Naquela sexta-feira, embora não soubéssemos o motivo, ouvimos o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, e toda a Operação Bandeirante, enlouquecida, bradejar contra dom Paulo”, conta.

Era o tempo mais duro da ditadura civil-militar no Brasil. Entre 1969 e 1979 foram anos sangrentos no País. Pessoas desapareciam e eram presas, torturadas e mortas. Tudo a mando do Estado, sob tutela dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. Foi nessa condição que Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado arcebispo de São Paulo, mudou a vida de muita gente. Suas visitas aos porões da ditadura, em missão humanitária e luta intransigente pelos direitos humanos, tornaram-se sua grande marca. “Eu conheci Dom Paulo quando estava preso no presídio do Hipódromo”, revela Adriano. Ele conta que dom Paulo entrou em sua cela, acompanhado de Hélio Bicudo, e escondeu documentos sobre a tortura sofrida pelos presos políticos debaixo de sua roupa. Clandestinamente e em cartas sigilosas, dom Paulo contou à igreja, ao mundo e às entidades de direitos humanos internacionais o que estava acontecendo no Brasil e na América Latina. Adriano ficou 90 dias encarcerado em uma cela solitária para que delatassem os colegas militantes Alexandre Vannucchi e Gerardo Magela. Dois anos depois do assassinato de Vannucchi, os mesmos ditadores mataram o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog, depois de o encapuzar, amarrar a uma cadeira, sufocar com amoníaco e submeter a espancamento e choques elétricos, rotina do manual ali praticado com centenas de presos políticos nos centros de tortura da ditadura, financiados em grande parte por empresários que patrocinavam ações repressivas e de violação dos direitos humanos, como a Operação Bandeirante, que se tornou DOI-Codi em 1970, legalizada. Mais uma vez, dom Paulo não aceitou a versão do governo de que Vlado havia se suicidado.

Dois anos depois do assassinato de Vannucchi, os mesmos ditadores mataram o jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog, depois de o encapuzar, amarrar a uma cadeira, sufocar com amoníaco e submeter a espancamento e choques elétricos, rotina do manual ali praticado com centenas de presos políticos nos centros de tortura da ditadura, financiados em grande parte por empresários que patrocinavam ações repressivas e de violação dos direitos humanos, como a Operação Bandeirante, que se tornou DOI-Codi em 1970, legalizada. Mais uma vez, dom Paulo não aceitou a versão do governo de que Vlado havia se suicidado.

Dom Paulo se reuniu, em 31 de outubro de 1975, com o rabino Henri Sobel e com o reverendo James Wright e celebrou um grande culto ecumônico na Catedral da Sé, em memória do jornalista e afirmando sua tortura e assassinato. A catedral estava repleta, escadarias e parte da praça tomadas. No altar estavam dom Paulo, dom Helder Câmara, os rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner, o cantor Paulo Novak, da Congregação Israelita e mais 20 sacerdotes católicos. “Esta Casa é de Deus e de todos os homens que aceitam o caminho da Justiça e da Verdade. Purifiquemos o nosso coração de todo o ódio”, iniciou o culto dom Paulo. “Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens. Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade — repito — a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis, tanto individual quanto coletivamente. Não matarás. Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do Senhor da História e não será

também no julgamento de Deus!”.

Pela primeira vez, um cardeal condenava os torturadores à maldição divina. No final, dom Paulo pedia justiça e paz: “neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente e corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolo os filhos de Vladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.”

Em outubro de 1979, o metalúrgico Santo Dias da Silva, líder sindical, foi morto na Capela do Socorro. Na companhia de dom Angélico Bernardino, dom Paulo foi até o Instituto Médico Legal e gritou: “vocês são uns covardes, vocês atiraram pelas costas!”. Colocou o dedo no buraco da bala e rezou um Pai Nossa.

Dom Paulo, fundou a Comissão Justiça e Paz, que recebeu também estrangeiros que fugiam de ditaduras em outros países. “Fiquei desaparecido na Argentina por 15 dias e fui para o Brasil”, conta o sociólogo Andrés Thompson. Sequestrado e torturado com a mulher grávida em seu país, chegou a São Paulo sem apoio de ninguém. Aos 22 anos, descobriu que a igreja poderia ajudar. Desconfiado e profundamente anti religioso – mas sem saída – procurou a comissão. Foi recebido por Margarida Genevois, que o encaminhou a dom Paulo. “Queridos, esse pesadelo acabou”, disse o então arcebispo de São Paulo. Ele pegou o telefone e organizou o pré-natal e o parto de Rebeca, filha do casal de argentinos. Depois, com ajuda internacional, arranjou documentos e os mandou para uma comunidade na Holanda. “Sem dinheiro, sem futuro, com medo, encontramos um aconchego. Senti que estávamos sendo cuidados por alguém”, lembra Andrés.

Ações como essa renderam ao cardeal 46 fichas no DOPS, que considerava seu trabalho “subversivo”.

Mas o regime de exceção não parou dom Paulo. Em 1983, com o pastor Jaime Wright, deu início ao projeto “Brasil: nunca mais”, que reuniu documentos e relatos da repressão política no País. São quase um milhão de páginas de processos e relatórios sobre as violações de direitos humanos no período da ditadura.

Depois, no período democrático, seguiu cuidando dos mais vulneráveis. Esteve na Casa de Detenção quando houve o massacre do Carandiru e denunciou a matança internacionalmente. Acolheu a população de rua, ofereceu ajuda aos mais pobres. Achava que esse era o seu papel.

Dom Paulo pregava o amor perseverante e corajoso. E dizia que “a democracia plena só pode chegar dentro do espírito da solidariedade”. Em seu brasão episcopal levava o lema “de esperança em esperança”. Amava São Paulo, mesmo tendo nascido na pequena Forquilhinha, em Santa Catarina. “Se fosse seguir os impulsos do meu coração, eu diria que nunca iria separar-me de São Paulo. A cidade transformou-se para mim no sentido da vida.” São Paulo era sua vocação.

“Dom Paulo foi o maior líder responsável para que os direitos humanos fizessem parte da transição para o governo civil. Ele foi capaz, como poucos, de lutar pelos direitos humanos na ditadura”, relata o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, que esteve próximo a dom Paulo em diversos episódios. “Com que coragem agiu na ditadura e com que consistência trabalhou nos governos democráticos. Todos que tentamos seguir sua luta fomos seus pequenos aprendizes diante do imenso exemplo de sua total dedicação à defesa dos direitos. Tudo envolto em gentileza, bom humor e permanente esperança. Neste momento deprimente da vida pública brasileira não podemos contar com ele. Isso aumenta nossa responsabilidade.”

Dom Paulo Evaristo Arns terminou sua missão um dia depois do aniversário de 48 anos do Ato Institucional Número 5, que levou tantas vidas e torturou tanta gente. Violações seguem acontecendo com seu povo, principalmente com os pobres, os negros e os moradores das periferias.

Em uma entrevista ao jornal O São Paulo, em dezembro de 1997, dom Paulo declarou: “Eu gostaria de ser lembrado como amigo do povo. Porque eu defendi os direitos humanos de todo o povo, sem olhar religião, sem olhar ideologia, sem olhar para as capacidades ou possibilidades das pessoas que eram perseguidas, mas sim para que todas elas tivessem seus direitos garantidos e a dignidade humana revelasse o amor divino.”

Que seja celebrado o seu desejo.

<http://brasileiros.com.br/2016/12/quero-ser-lembrado-como-o-amigo-povo/>

Artigo

Os três tempos do neoliberalismo brasileiro - Collor, FHC e Temer

Marcio Pochmann*

O receituário neoliberal voltou a ter centralidade na condução das políticas públicas do governo federal, apesar de ter sido derrotado nas últimas quatro eleições presidenciais (2002, 2006, 2010 e 2014). O golpe antidemocrático de agosto de 2016 se mostrou fundamental para isso, inaugurando o terceiro tempo de adoção do neoliberalismo no Brasil.

O primeiro tempo começou enunciado ao final do governo Sarney (1985 – 1990), enquanto reação à aprovação da Constituição Federal de 1988. Mas o enxugamento do Estado ganhou maior vitalidade desde a posse de Collor de Melo (1990 - 1992), o primeiro presidente eleito desde o golpe militar (1964 – 1985). No seu breve período de governo, Collor de Melo tratou de impor inédita e bruscamente o receituário neoliberal. O choque foi extremo, ocasionando, em meio ao avanço de uma recessão econômica, reações ideológicas tanto à direita quanto à esquerda política, que terminou levando à interrupção por meio de impeachment. A ascensão de Itamar Franco na presidência da República, em decorrência do impedimento de Collor de Melo, em agosto de 1992, estabeleceu o fim do primeiro tempo do neoliberalismo no país.

Somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo foi retomado, estabelecendo entre os anos de 1995 a 2002, o segundo e mais longevo tempo da aplicação do receituário neoliberal adotado no Brasil. Com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real (1994) e, mantida a trajetória econômica distante da recessão, o Estado sofreu alterações substanciais. Ademais da privatização, com a destituição de parte fundamental do setor produtivo estatal, assistiu-se ao avanço da terceirização no interior do governo, a liberalização comercial e financeira, bem com as reformas trabalhista, previdenciária e outras. Tudo isso, contudo, terminou sendo interrompido democraticamente a partir de 2003, com a ascensão dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

A implantação de trajetória distinta do receituário neoliberal por mais de uma década, permitiu produzir resultados inéditos em termos de expansão econômica e justiça social, cuja redução da pobreza e da desigualdade de renda forma expressão inegável no Brasil. O terceiro tempo do neoliberalismo instalou-se no ano de 2016, com a concretização do golpe judiciário-parlamentar que interrompeu o governo Dilma, que havia sido reeleito democraticamente nas eleições presidenciais de 2014. A emergência de Temer no exercício da presidência da República tem se caracterizado pelo retorno do receituário depredador do papel do Estado, especialmente das políticas sociais.

As proposições de reformas no Estado brasileiro (gasto público, previdência social, ensino médio) retomam o sentido da contração do setor público, conforme estabelecido no primeiro (1990 – 1992) e no segundo (1995 – 2002) tempos do neoliberalismo. Destes dois períodos de tempo, o governo Temer parece se assemelhar mais à truculência da época do presidente Collor de Melo. Isso porque a adoção das medidas neoliberais transcorre em meio ao avanço da recessão econômica, com o inédito agravamento da questão social.

Nesta circunstância, a alteração no papel do Estado ganha proeminência em meio ao risco crescente de novo impeachment ao terceiro tempo do neoliberalismo no Brasil. Salvo, contudo, a possibilidade de um novo golpe dentro do golpe para buscar estender a prevalência do receituário neoliberal. A ver. .

*Marcio Pochmann é economista e foi candidato do PT à prefeitura de Campinas nas últimas eleições municipais

<http://novo.fpabramo.org.br/content/pochmann-os-tr%C3%AAs-tempos-do-neoliberalismo-brasileiro-collor-fhc-e-temer>

Principal neurocientista do Brasil diz que país está "dando um tiro no pé"

Miguel Nicolelis, um dos maiores neurocientistas da atualidade em todo o mundo e líder das pesquisas com o exoesqueleto, que estão permitindo a surpreendente recuperação de paraplégicos, afirma que o Brasil está dando um tiro no pé coletivamente: "Espero que as pessoas despertem a tempo"

Cida de Oliveira, [RBA](#)

O conservadorismo das políticas do governo de Michel Temer (PMDB) que avançam contra os direitos constitucionais com o sinal verde do Congresso, que terça (13) aprovou a Emenda à Constituição que congela por 20 anos investimentos federais em saúde, educação, ciências e tecnologia foi criticado pelo neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis. Em lançamento de seu novo livro *Made in Macaíba* (Editora Planeta), na noite da segunda-feira (12), ele afirmou que o país está "dando um tiro no pé coletivamente". "Eu espero, sinceramente, que as pessoas despertem antes que seja tarde. E já é quase tarde", alertou.

Um dos maiores cientistas da atualidade em todo o mundo, Nicolelis é professor de Neurobiologia e Engenharia Biomédica da Universidade Duke, na Carolina do Norte, Estados Unidos, há mais de 20 anos. Fundador do Instituto Internacional de Neurociência de Natal Edmund e Lily Safra. Graças às suas pesquisas com a interface cérebro-máquina, pessoas com paralisia incluídas no projeto Andar de Novo têm conseguido avanços. Dois anos após a demonstração do exoesqueleto na abertura da Copa do Mundo do Brasil, no Itaquerão (estádio do Corinthians, em São Paulo), eles vão recuperando aos poucos os movimentos e a sensibilidade.

Falando para uma plateia que lotou o auditório do Instituto Sedes Sapientiae, no bairro de Perdizes, na capital paulista, ele não poupou ironias e críticas à PEC 55. "Um absurdo lógico e aritmético. Nem precisa ser contador para saber o que significa passar 20 anos sem investir na minha empresa, só pagando juros", disse, comparando a situação do país a partir da emenda constitucional aprovada no Senado. "O pico de investimento em ciência e tecnologia em 2016 foi de 1,16% do PIB. Esse valor será congelado por 20 anos. E teremos mais de 47% do PIB para pagar juros. Isso ninguém comenta", disse.

Países avançados como a Suécia, Finlândia e Noruega, conforme destacou, nunca deixaram de investir em setores básicos em uma sociedade moderna. "O celular, por exemplo, não surgiu por acaso. É fruto de oito décadas de pesquisas, com investimentos estatais dos Estados Unidos a partir da década de 1940, que geraram a ciência da computação. Foram 80 anos investindo mais de 5% do PIB em pesquisa. E empresas como, a Intel, a Apple, não existiriam. É assim que se fazem as descobertas."

Nicolelis criticou também as intenções do governo de Michel Temer de alterar o marco regulatório que dá à Petrobras exclusividade na operação de exploração do pré-sal previsto no Projeto de Lei 4.567, de José Serra (PSDB), e a venda, no final de julho, de mais da metade do campo de Carcará para a estatal norueguesa Statoil.

"Ouço muita provocação nos Estados Unidos de outros cientistas, que dizem: 'Vocês estão brincando que vão dar o pré-sal pra gente'. Não é possível". Pelos seus cálculos, os poços já descobertos pela Petrobras têm, no mínimo, 100 milhões de barris. "A US\$ 70 o barril, são US\$ 7 trilhões. Quem aqui que achasse um jardim valendo US\$ 7 trilhões diria aos americanos: 'você quer?'. Isso por baixo, porque agora o petróleo tende a subir, passando de US\$ 100. Serão US\$ 10 trilhões", disse.

Ele conta que quando foi trabalhar nos Estados Unidos, há mais de 20 anos, não era comum a presença de estudantes por lá e o Brasil era piada. "Me perguntavam em que parte da Califórnia ficava a Universidade de São Paulo que estudei", conta. "Há pouco tempo, o Ciência sem Fronteiras (programa criado por Dilma Rousseff e praticamente extinto por Temer) mandava estudantes para estudar no exterior. Dei muita aula na Harvard para 200 alunos, 39 deles bolsistas brasileiros do CsF, uma das maiores emoções da minha vida", afirmou Nicolelis, seguido por um ruidoso "Fora Temer" da plateia. Apaixonado pelo Brasil, ele diz que só foi conhecer seu próprio país nos Estados Unidos e pelo mundo afora. "Fui descobrir depois de 20 anos de exílio. Depois que senti falta do feijão da minha mãe, da música brasileira, dos meus familiares, do sol, e ao ouvir de outros cientistas que eu venho de um lugar onde as pessoas acreditam no ser humano, onde choram por um time de futebol. Num fórum em Berlim, um ganhador de prêmio Nobel já me disse: 'Miguel, o Brasil é a minha esperança. É o último lugar do mundo onde há esperança de que a humanidade se salve, lá se sabe qual o verdeiro significado da vida'. Já ouvi isso, ou semelhante a isso, por muitos anos, em muitos lugares, onde eu chegava e dizia ser brasileiro, eu era tratado diferente."

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/12/principal-neurocientista-pais-tiro-no-pe.html>

Dicas

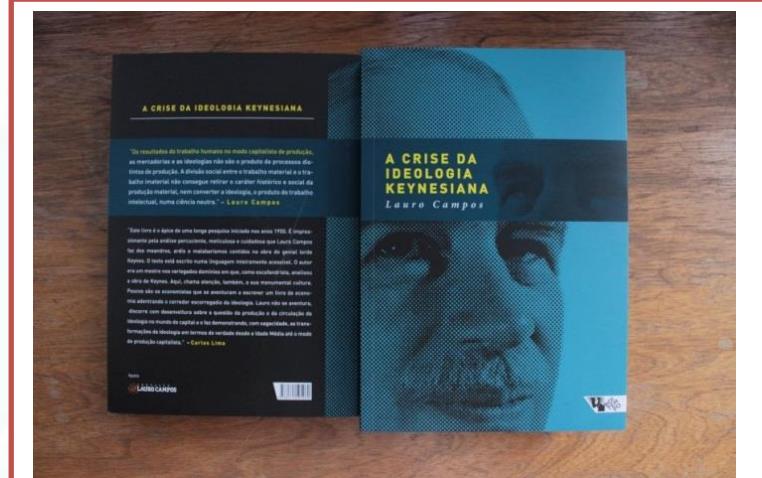
16 de dezembro de 2016 | Número 032

17 DEZ

FORMOSA-GO



Apóio: Xapuri, CUT, SINTRAF-RIDE



Na extraordinária obra *A crise da ideologia keynesiana*, Lauro Campos demonstra toda a atualidade da perspectiva marxista sobre a economia política. E o faz tecendo uma crítica implacável ao que denominou *ideologia keynesiana*, cujo papel seria o de sustentar um Estado capaz de “preservar as relações capitalistas, evitar o crescimento das forças produtivas, fazer com que o capitalismo sobreviva a si mesmo”.



BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretaria Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidiane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os sateré-mawé, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.



Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br